artigos

v. 47 • nº 1 • janeiro-abril • 2022.1

anuário antropológico

v. 47 • nº 1 • janeiro-abril • 2022.1

SOBRE A METONÍMIA DA METONÍMIA: implicações da Antropologia do esporte de Simoni Lahud Guedes para a Antropologia da política

ON THE METONYMY OF METONYMY: implications of Simoni Lahud Guedes' Anthropology of sport for the Anthropology of politics

DOI: https://doi.org/10.4000/aa.9353

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

ORCID: 0000-0002-9307-9410

wecisley@gmail.com

Doutor e mestre em Antropologia Social, ambos pelo PPGAS/MN/UFRJ. Licenciado em Educação Física, pela UFRRJ, e em História, pela UNIRIO. Professor adjunto da UERJ desde 2013 e membro fundador do Núcleo de Antropologia do Trabalho (NuAT/MN/ UFRJ).

Dirceu Ribeiro Nogueira da Gama

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

ORCID: 0000-0003-4972-650X

dirceurng@gmail.com

Doutor em Filosofia. Mestre em Educação Física. Licenciado em Educação Física. Professor Adjunto da UERJ, onde integra o quadro de docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte (PPGCEE). Atua nas áreas de Ética e Bioética aplicadas ao Esporte.

O derradeiro artigo publicado por Simoni Lahud Guedes constitui genuíno *grand finale* de sua obra, oferecendo valiosa contribuição para a compreensão da política brasileira. Sua descrição de dois "sequestros" das cores verde e amarela remonta à função metonímica da seleção de futebol em sua relação com o povo brasileiro. Vítima de um primeiro sequestro, por ocasião da ditadura civil-militar instalada em 1964, o símbolo verde e amarelo sofre hoje novo rapto. Quebra-se assim a equação seleção = povo, de vez que a camisa da equipe futebolística é apropriada por um segmento específico que pretende se distinguir do segundo termo. O presente artigo visa debater esta descrição elaborada por Simoni a partir de seu caráter estrutural. Argumenta-se que a função metonímica do futebol brasileiro, em particular, é ela mesma uma metonímia do fenômeno esportivo, em geral. Elabora-se uma exegese intertextual do artigo, sobre o pano de fundo dos últimos trabalhos da autora e de alguns de seus interlocutores na Antropologia. O objetivo é demonstrar, de um lado, que o estatuto significante do esporte decorre da homologia estrutural que ele guarda com a vida social e, de outro, que o esporte oferece uma lente heurística para o estudo da política.

Futebol, esporte, nação, política, vida social

Simoni Lahud Guedes' last article is the *grand finale* of her works. It contributes to the understanding of Brazilian politics. Her description of two "hijackings" of the colors green and yellow concerns the metonymic function of the football national team in its relationship with the Brazilian people. Target of a first hijacking during the civil-military dictatorship since 1964, the green and yellow symbol is under the same process nowadays. Such dynamics break the equation "national team = people" because the Brazilian football team jersey is being appropriated by a singular segment that intends to distinguish itself from the second term. This article debates this description addressed by Guedes, considering its structural character. It is argued that Brazilian football is itself a particular metonymy of a sporting phenomenon in general. An intertextual exegesis of the article of Guedes is developed, reviewing the background of her latest works as well as some of her interlocutors in Anthropology. This exegesis aims to demonstrate that, on the one hand, the significant status of sport derives from the structural homology that it keeps with social life and, on the other hand, that sports provide a heuristic lens for the study of politics.

Football, sport, nation, politics, social life

Introdução

Simoni Lahud Guedes faleceu no dia 18 de julho de 2019. Não, porém, sem deixar uma contribuição decisiva para a compreensão do ilegível cenário político do Brasil contemporâneo. Um dos atributos impressionantes da autora refere-se à coexistência da mais penetrante capacidade de formulação teórica e análise, de um lado, com humildade acadêmica, de outro. Sua elaboração conceitual da "função metonímica" do futebol brasileiro combina perspicácia interpretativa com moderada enunciação das implicações abrangentes do conceito. A partir da descrição dos processos de identificação social, reunidos sob os símbolos nacionais, em geral, e a camisa futebolística, em particular, a antropóloga formula uma equação sintética. A saber, seleção de futebol = povo brasileiro.

Como esperamos demonstrar, a esta caracterização particular do futebol brasileiro subjaz uma homologia estrutural entre esporte e vida social – em suas respectivas condições de parte e de todo –, na qual o primeiro oferece uma simplificação, no sentido matemático, da segunda. No esporte, a unidade complementar e contraditória entre reciprocidade (a produção de coletivos coesos por meio do circuito dar-receber-retribuir) e segmentaridade (a fusão e a fissão de segmentos sociais conforme a escala de referência) é esquematizada sob a forma menos complexa da cooperação e da competição. Lévi-Strauss (1958) assinala a impressionante regularidade estrutural do princípio da reciprocidade; Deleuze e Guattari (1980) sugerem que a segmentaridade constitui fenômeno universal. A força da representação metonímica do esporte reside na esquematização desta estrutura regular da vida social.

Quando Simoni Lahud Guedes nos apresenta dois sequestros históricos da camisa verde e amarela – o primeiro perpetrado pela ditadura civil-militar que se instalou no país, em 1964, o segundo, a partir das chamadas jornadas de junho de 2013 – está no fundo descrevendo uma dupla mutilação antropológica de amplas proporções. Ao determinar padrões rigorosos de uso dos símbolos nacionais, com proibições de emprego da bandeira e do hino fora das diretrizes estabelecidas em lei, o governo militar pretendia impor um modo de dominação total sobre o comportamento social. Ignorava com isso características culturais do país, como a carnavalização do futebol e dos próprios símbolos nacionais.

Por seu turno, quando os segmentos conservadores das jornadas de junho de 2013 sequestraram novamente as cores verde e amarela, fazendo delas um símbolo particular de sua facção política, quebraram a equação metonímica, seleção = povo. Desde então, a estratégia conservadora tem consistido na manutenção de sua coesão interna mediante a produção continuada de um inimigo externo permanente, o comunismo. Ao verde e amarelo opõem, pois, o vermelho, sob o qual identificam seus inimigos políticos. Uma metonímia primordial é, por conseguinte, segmentada em duas. Verdadeiros brasileiros = verde e amarelo; comunistas = vermelho. Trata-se da aposta no êxito pela perpetuação do ódio. O primeiro sequestro, recordemos "O 18 de brumário de Luís Bonaparte" (Marx 2011), se manifesta como tragédia; o segundo, como farsa.

Este artigo traz duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A próxima apresenta os principais argumentos do derradeiro artigo de Guedes, redigido em cooperação com Edson Márcio Almeida da Silva, sob o título "O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais"[1]. A seção subsequente comenta uma fração das contribuições mais recentes da autora no campo do estudo antropológico do esporte, buscando alguns elementos intertextuais em suas influências teóricas para com isso esboçar, por assim dizer, uma interpretação esportiva da política. A proposta que se segue recapitula, pois, o profícuo pensamento por metonímia que a antropóloga da UFF nos legou (voltaremos a este ponto); principiando por um seu escrito particular, transita na direção do conjunto mais abrangente de questões e debates em que se situou seu trabalho acadêmico.

1 Cf. Cadernos de Aletheia 3, 2019. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/ art_revistas/pr.9691/pr.9691.pdf. Acesso em: 09 dez. 2021.

Este percurso deverá demonstrar que Simoni Lahud Guedes fez de sua Antropologia do esporte um capítulo incontornável da Antropologia da política. De modo que sua formulação de uma função metonímica do futebol brasileiro é ela mesma uma metonímia da relação entre a vida social, em sua miríade de dimensões, e uma parte específica dela – a saber, o esporte. As considerações finais destacam o caráter estrutural da Antropologia histórica de Guedes.

Lévi-Strauss (2003) diz acerca de Mauss que este teria estacionado diante das imensas possibilidades de sua obra, como Moisés teria conduzido o povo hebreu à terra prometida sem, contudo, contemplar seu esplendor. O fechamento da obra de Simoni sugere que ela foi capaz de olhar longe, tendo vislumbrado a centralidade da metonímia esportiva para o estudo de um país que "não é para principiantes", conforme a frase atribuída a Tom Jobim. Por conta disso, Guedes assemelha-se antes a Josué que a Moisés; ela não apenas adentrou a terra prometida das implicações de sua obra como pode, ainda por muitos anos, nos ensinar como ocupá-la.

A metonímia da metonímia

Edilson Márcio Almeida da Silva, antropólogo colega de Simoni, na Universidade Federal Fluminense, assina com ela o artigo ora apreciado. O fato de ter sido elaborado a quatro mãos denota capacidade cooperativa. Sobretudo por se tratar de uma coautoria horizontal e simétrica, entre dois antropólogos consagrados e colegas de departamento.

A abrangência das implicações do trabalho para o pensamento antropológico se expressa desde o início. Por exemplo, no enfrentamento da tensão entre Antropologia e História – ou, mais rigorosamente, entre estrutura e evento –, que se pronuncia também de saída. Destarte, os autores registram a invariável tentativa de manipulação dos símbolos nacionais na produção da função metonímica da representação política, de que também nos fala Pierre Bourdieu (1984) – o que não diz "respeito a uma época ou regime em particular" (Guedes e Silva 2019, 75). Este processo recorrente tende, no entanto, a "assumir maior visibilidade nos governos ditatoriais" (*ibidem*, 75).

É sob a ditadura instalada no Brasil, em 1964, que se expressam com mais evidência as ambiguidades deste uso autoritário dos símbolos pátrios. De um lado, os militares alimentam o discurso da propriedade popular das cores verde e amarela, bem como da bandeira e do hino nacionais; de outro, engendram uma rigorosa regulamentação que delimita "quando, onde, como e por quê os símbolos oficiais deveriam ser acionados" (*ibidem*, 76). Se os símbolos pertenciam ao povo, este nem por isso dispunha de liberdade para fazer uso deles conforme sua vontade. A este cerceamento do livre usufruto dos símbolos nacionais, durante os anos 1960 e 1970, os antropólogos da UFF denominam o "primeiro sequestro do verde e amarelo". Tal sequestro opera uma mutilação antropológica.

Guedes e Almeida evocam Hobsbawm para sugerir que "os confrontos esportivos internacionais são dos meios mais eficazes para dar 'substância' às nações" (*ibidem*, 77). Bateson (2008) nos permite emprestar a esta regularidade histórica um estatuto teórico formal, sugerindo que o advento de um adversário externo pode evitar a cisão de um grupo social. Este dado regular nos estudos antropológicos se objetiva historicamente no Brasil, mormente na identificação popular com a seleção brasileira de futebol que se converte em um dos termos da equação metonímica com o povo brasileiro. Os autores apontam para a passagem do amadorismo de elite ao profissionalismo (em 1933), que permitiu a entrada de jogadores oriundos das classes trabalhadoras nos grandes clubes, como um elemento chave daquela equação.

Em 1938, o selecionado brasileiro exibiu na França "um estilo de jogo descontraído, de dribles, floreios e artimanhas corporais" (*ibidem*, 78). Já caracterizada pela presença de jogadores negros, dada aquela conquista do profissionalismo, este modo de jogar foi objeto imediato de interpretações contraditórias. De um lado, não sem uma marca profundamente racista, os jogadores foram acusados de irresponsáveis (*ibidem*, 78); de outro, o estilo se consagrou com o célebre título de "futebol-arte". Nos termos de Guedes e Almeida, a certidão de batismo desta consagração estética foi redigida por ninguém menos que Gilberto Freyre, em uma crônica intitulada "*football* mulato". O artigo se refere a este texto como "seminal", posto que Freyre teria operado com a metonímia futebolística. Fazendo do "*football* mulato" um núcleo fundamental do futebol-arte, este teórico da formação nacional estaria sugerindo o papel mais abrangente do "negro na produção da brasilidade" (*ibidem*, 78).

O artigo nos informa que até o famigerado "Maracanaço" – a derrota para o Uruguai na final da Copa do Mundo de 1950, em pleno Maracanã – as cores do uniforme do selecionado brasileiro eram branca e azul, quando então foram proscritas como azaradas. Segue-se que a relação metonímica entre seleção e povo precedeu o uso do símbolo verde e amarelo nos campos. E, no entanto, mais arguta do que seriam os militares brasileiros do pós-golpe de 1964, a FIFA parece ter compreendido cedo a lógica descrita por Hobsbawm, investindo fortemente no uso dos símbolos nacionais durante seus rituais esportivos.

No Brasil, contudo, os símbolos nacionais "continuavam cercados de interdições a seus usos fora das estritas regras e dos rituais cívicos" (...) "O 'povo', até aqui,

mesmo impondo seu protagonismo nas comemorações esportivas, continuava alijado dos símbolos nacionais" (*ibidem*, 78). A mutilação simbólica decorrente desta regulação autoritária do uso do verde e amarelo concorreu contra os próprios interesses do governo ditatorial, posto que limitou a eficácia simbólica do ritual que consiste na produção de metonímias emblemáticas da nação por meio de sua bandeira e suas cores.

O resgate das cores sequestradas foi protagonizado pela desobediência civil e contestação espontânea da proibição autoritária, por ocasião da Copa de 1970. "Camisas improvisadas", "sandálias, cangas, bandanas, guarda-sóis" (*ibidem*, 78) entram em cena com o verde e amarelo e com a bandeira nacional. É também aqui que se origina a tradição das decorações das ruas com motivos nacionais.

A bandeira nacional, que só podia ser tocada, manuseada ou exposta dentro das rígidas regras estabelecidas em decretos, podia agora ser enrolada nos corpos dos torcedores, ornamentar camisas, calças, roupas de banho. Podia ser estilizada, modificada. Podia ser confeccionada em tamanhos muito diversos, muito pequenas ou muito grandes. Além disso, a reprodução das camisas do selecionado ocupava as ruas tanto nos períodos de competição quanto no tempo do cotidiano. Nos períodos de Copa do Mundo, as casas, ruas e automóveis eram enfeitados de verde e amarelo. Como símbolo da nação, estas cores representavam fisicamente a "comunidade imaginada" (Hobsbawm, 1990) Brasil. Por um curto período, repetido quadrienalmente, os brasileiros suspendiam sua diversidade e suas diferenças, para vivenciar a "*communitas*" (Turner, 1966). A vitória na competição trazia a realização desta "*communitas*" (Guedes, 1977), mas não impedia o retorno à normalidade depois de alguns dias. A derrota trazia rapidamente de volta as clivagens da sociedade brasileira, com o consequente abandono do verde e amarelo (*ibidem*, 79).

Mas se um golpe de Estado precedeu o primeiro sequestro, o segundo inversamente antecedeu novo assalto à democracia. Uma convergência histórica notável abriu espaço ao processo corrosivo que submeteria as instituições brasileiras a dura prova, ainda não encerrada. As chamadas jornadas de junho de 2013 compreendem um marco temporal importante das transformações operadas, posto que bateram recordes históricos de mobilizações de rua, em quase todas as grandes e médias cidades do país.

Como se sabe, as passeatas daquele momento foram inauguradas pelo Movimento Passe Livre, em protesto contra o aumento das tarifas de transporte público. Todavia, rapidamente, segmentos os mais diversos da sociedade se uniram aos atos, em um processo inesperado de crescimento em literal progressão geométrica – cuja real magnitude não se revelava facilmente sequer nas fotografias aéreas. Guedes e Almeida chamam atenção para as metamorfoses no contorno do movimento, conforme se avolumavam os manifestantes das mais variadas condições e classes sociais. Do transporte público à crítica aos gastos financeiros com a preparação para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas, bem como à ingerência da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional sobre a política brasileira – notadamente sobre a questão central da política urbana, conforme nota Ermínio

Maricato (2013) ao explicar tais mobilizações –, passando pela qualidade da saúde e educação públicas, as reivindicações se multiplicavam. Em meio à massa indiferenciada, o "ovo da serpente" – cuja incubação já dava mostra de pleno curso, desde as eleições presidenciais de 2010 – trincara sua casca. E cartazes pedindo o retorno da ditadura puderam brotar, germinados pelo fertilizante da repressão às camisas e bandeiras vermelhas – por vezes, mediante espancamento. De modo complementar, o emprego dos símbolos e cores nacionais durante os atos "acabou por erigi-los à condição de únicos ícones legítimos, logo, passíveis de se fazerem presentes naqueles contextos" (Guedes e Almeida, 81).

Rituais de execução do hino nacional por manifestantes vestidos com camisas verde e amarela e agitando a bandeira do Brasil se tornaram recorrentes. Tais ritos públicos desempenharam um papel totalizador e unificador. Mas nem as cores da bandeira, nem a camisa da seleção brasileira de futebol expressavam, desta feita, uma unidade nacional harmoniosa – como pretendia a propaganda em torno da copa de 1970. Aqui o consenso seria produzido mediante exclusão violenta de qualquer um que pudesse ser identificado como "vermelho". É difícil não lembrar da elite militar ressentida da República de Weimar cujos membros denominavam a si mesmos como "os nacionais", operando com isso uma sinédoque excludente de todos os demais componentes sociais da Alemanha pré-hitlerista, conforme a descrição de Norbert Elias (1997).

Enfaticamente crítica ao movimento, em princípio, a grande mídia viu nas suas ambiguidades, uma oportunidade para pautar nas ruas a agenda conservadora que cronicamente nutre. Para evitar o risco de cair em contradição, fazem notar Guedes e Almeida, os jornalistas não podiam abandonar seu primeiro discurso, mas apenas deslocá-lo. E da crítica geral aos manifestantes, passaram a expressar a condenação a uma parte – qual seja, os segmentos mais combativos, doravante acusados de vandalismo e identificados pelo uso da cor vermelha ou de emblemas de partidos políticos de esquerda. Vale a pena citar as palavras dos autores a este respeito:

> Segundo o nosso entendimento, a estratégia de dissociar os "pequenos grupos" dos demais participantes das Jornadas de Junho traz consigo elementos que podem contribuir para a interpretação de alguns efeitos produzidos a posteriori por tais manifestações, sobretudo, no que tange ao maniqueísmo que então se desenhava e redundaria, mais adiante, na radicalização político-ideológica verificada nas eleições presidenciais de 2018 (*ibidem*, 81).

O texto evoca ainda a ideia de "rótulo cromático" que Turner emprega para caracterizar as relações sociais sob circunstâncias emocionalmente intensas. No Brasil, lembram os autores, o vermelho operou historicamente como uma espécie de sinal de risco à nação brasileira. Em 1937, a constituição de inspiração fascista promulgada por Vargas se contrapunha ao "perigo vermelho". A repressão autoritária da ditadura civil-militar iniciada em 1964 se justificava, no discurso do

governo, pela "caça aos vermelhos". E, uma vez mais na atualidade, a estratégia eleitoral do representante que a elite econômica escolheu para si (e que logrou se eleger presidente da República) incluiu a promessa de "banir os 'marginais vermelhos'". O "segundo sequestro do verde e amarelo" consiste, pois, em fazer da metonímia, seleção brasileira = povo brasileiro, um gênero específico. A saber, uma sinédoque, camisa da seleção = verdadeiros brasileiros. Destes se excluem os vermelhos, que assumem aqui um caráter altamente genérico, passando com o tempo a englobar todos aqueles que se opõem ao governo.

Ocorre que a estratégia conservadora encontra um limite simbólico. A função metonímica da seleção brasileira, conquanto dotada de conteúdo histórico específico, é um caso particular de uma metonímia estrutural. O esporte constitui uma parte da vida social em que operam os mesmos princípios que presidem dinâmicas de variadas escalas registradas alhures – na política, na economia, na religião, nas relações de trabalho, de parentesco ou de vicinalidade. A unidade contraditória e complementar entre competição e cooperação compreende, por assim dizer, uma fração matemática simplificada da coexistência regular entre os princípios da segmentaridade e da reciprocidade, vigentes naqueles múltiplos domínios. E como pelo menos desde Foucault (1979) o poder perpassa todos eles, desde Dumont (1985) a hierarquia ordena as formas de classificação no interior de cada um deles e, desde a sistematização da Antropologia da política por Palmeira, Heredia, Peirano e colaboradores (cf. Palmeira e Heredia, 1995), cada um deles se relaciona de variadas formas com a esfera do poder estatal, é razoável sugerir simplificadamente que a Antropologia do esporte lança luz sobre a Antropologia da política.

Destarte, a aposta na manutenção permanente dos inimigos vermelhos como estratégia de estabilização da base de apoio governista encontra um limite, a um só tempo histórico e estrutural. No plano diacrônico, a competição, ou segmentaridade não se sustenta por muito tempo com o mesmo vigor; e vínculos de reciprocidade tendem a reverter cisões, no médio prazo. Do ponto de vista sincrônico, quanto mais múltiplos os segmentos sociais reunidos sob o emblema dos "marginais vermelhos", tanto mais numerosas também tenderão a ser as coalizões entre tais segmentos. Esta dinâmica estrutural, que se atualiza nos casos históricos particulares com regularidade, deverá ficar evidente sobre o pano de fundo dos trabalhos mais recentes de Guedes sobre a temática do esporte, lidos no contexto de alguns de seus interlocutores teóricos. Como veremos, embora a antropóloga da UFF não ative de modo enfático o conceito de segmentaridade (ao contrário da reciprocidade, da qual faz uso produtivo), tanto o material que apresenta quanto suas influências dumontianas e turnerianas conferem razoabilidade a uma interpretação de seu trabalho à luz daquela categoria analítica forjada por Evans-Pritchard.

Da Antropologia do esporte à interpretação esportiva da política

A exegese comparada dos últimos trabalhos de Guedes que tomam o esporte por objeto permite visualizar a abrangência e o vigor heurístico dos conceitos ativados em seu derradeiro artigo. Tal procedimento nos leva a inferir, por nossa conta, que a operação lógica subjacente à noção de uma relação metonímica entre esporte e vida social continua operante, no contexto do segundo sequestro das cores verde e amarela. Vejamos.

Entre o fim dos anos 1930 e o início dos 1990, como vimos, esta relação se expressou na equação seleção brasileira de futebol = povo (situado no mesmo campo semântico da expressão "trabalhadores brasileiros"). Esta identificação era metonímica no sentido mais forte do termo. Porquanto parcela majoritária dos jogadores de futebol selecionados para representar a nação provinha das classes trabalhadoras.

Ocorre que, no final do século XX, o processo de mercantilização do futebol ganha escala exponencial, dado o crescimento do capital esportivo estimulado pela globalização dos sistemas de comunicação, em especial, da televisão (Guedes 2018). Neste "crescimento assombroso do mercado esportivo" as "principais mercadorias são os jogadores" (*ibidem* 2, aqui e doravante em livre tradução do espanhol). O Brasil se converte então em um dos principais países exportadores de craques e, já na Copa do Mundo de 1998, faz notar Guedes, nove dos onze titulares do selecionado brasileiro atuam na Europa, a maioria desfrutando a nova condição de multimilionários.

Ora, neste contexto, o segundo sequestro das cores verde e amarela pode ser interpretado como uma atualização espontânea da equação metonímica. De modo que nela o segundo termo – povo brasileiro (trabalhadores) – é substituído pelas classes altas e médias. Não por acaso, à valorização financeira dos jogadores de futebol corresponde um processo de "gentrificação" (conceito que evoca a apropriação privada dos bens esportivos pela *gentry*, a elite inglesa coetânea ao nascimento do esporte moderno) dos estádios de futebol e da transmissão televisiva dos jogos em canais fechados, especialmente, para o caso que nos interessa, no Brasil (Mascarenhas 2014). Este esporte, em toda a sua cadeia de produção e distribuição, se converte, pois, em mercadoria de consumo conspícuo *pari passu* ao segundo sequestro das cores nacionais presentes na camisa do selecionado brasileiro. O deslocamento social no uso das cores verde e amarela pode, por conseguinte, ser interpretado como uma atualização simbólica do deslocamento econômico na relação entre produtores e consumidores; das classes trabalhadoras à média e grande burguesia nacional e internacional.

Embora não tenha tido tempo de delinear estes nexos, Guedes oferece elementos para pensar a robustez das novas formas de identificação de classe com a seleção brasileira. Na Copa do Mundo de 1998, nota a pesquisadora, os narradores e comentaristas das transmissões midiáticas dos jogos classificam atletas como europeus ou estrangeiros, distinguindo-os daqueles que atuam em clubes brasileiros – como vimos apenas dois entre os titulares. "Do ponto de vista simbólico", o fenômeno "tem diversas implicações" (Guedes 2018, 3). Uma delas, poderíamos conjecturar, refere-se ao seu potencial para despertar profundas identificações

(no sentido psicanalítico de assimilação de atributos de outrem) das classes economicamente dominantes com os "jogadores europeus".

Entre as classes trabalhadoras, ao contrário, o enriquecimento destes atletas é por vezes interpretado com conotações de quebra dos vínculos de fidelidade à camisa do selecionado nacional. Este contexto oferece a Guedes um ponto de partida para interpretar a vasta proliferação de projetos sociais esportivos patrocinados por jogadores e ex-jogadores de futebol que atuaram no exterior, à luz da reciprocidade. Embora a filantropia não constitua novidade no âmbito das relações entre classes, argumenta a autora, o dado a ser explicado se refere à regularidade com que o doador se doa a si mesmo junto com a doação – o que expressa o rigor de uma interpretação a partir da lógica da dádiva. Em outras palavras, "o extraordinário" reside na "constância" (*ibidem*, 7) com que o investimento do nome pessoal e da imagem do jogador oferece um emblema para o projeto social; fato que contrasta com a maior parte das doações de celebridades, que se limitam ao oferecimento de fundos e "apenas eventualmente doam seu tempo e seu trabalho em apresentações de beneficência" (*ibidem*, 8).

Esta característica dos projetos sociais esportivos lhes confere um estatuto de contradádiva. Com isso visa-se reconstituir os elos quebrados na "fissão social" – expressão empregada por Fortes e Evans-Pritchard (1987) que, no entanto, se coaduna à dinâmica analisada por Guedes – não tanto desencadeada pelo enriquecimento do jogador e por sua partida do Brasil para atuar alhures, senão pela interpretação popular segundo a qual este deslocamento econômico e geográfico implica no declínio do amor à camisa verde e amarela. A doação do jogador realiza-se assim quase invariavelmente em seu local de origem, amiúde territórios habitacionais precários, para os quais são sonegados os direitos sociais e os equipamentos públicos urbanos – em especial, para o caso que nos interessa, os de esporte e lazer. É produzida discursivamente em termos de retribuição, que deve levar aos receptores a "'doação divina' com que [o atleta] foi agraciado" (Guedes 2018, 8). A camisa envergada pelo capitão da seleção brasileira campeã da Copa do Mundo de 2002, no momento de erguer a taça, oferece exemplo privilegiado destes circuitos de reciprocidade, onde se estampava a expressão "100% Jardim Irene". É difícil escolher melhores palavras para interpretar o evento:

> No momento crucial de sua carreira, visto por bilhões de pessoas, Cafú [lateral direito capitão da seleção brasileira] reafirma que não se esquece de seu lugar de origem (Jardim Irene, periferia paulista), onde, seguindo a regra não explicitada da obrigação de dar (retribuir), criou um grande projeto social para meninos pobres. Mais claro que isso, impossível (*ibidem*, 9).

O mesmo artigo permite ainda depreender algumas características do diálogo estabelecido por Guedes com o trabalho de DaMatta. A dádiva dos jogadores enriquecidos se situa no quadro de um fenômeno mais geral, observado na sociedade brasileira: a propalada "missão civilizadora" das classes dominantes sobre as dominadas. Este modo de conceber as relações entre classes é hierárquico,

pessoalizado e não permite a realização da igualdade jurídica entre indivíduos dotados simetricamente do estatuto da cidadania. Eis as características que lançam luz sobre o empenho do nome e da imagem do jogador no projeto social que patrocina – pessoalização e hierarquia. A expressão "sabe com quem está falando?" não opera, pois, apenas na *carteirada* capaz de suspender a lei, senão também na filantropia.

O uso da expressão "sociedade brasileira" sugere uma aproximação com o holismo de Dumont; autor com o qual DaMatta também dialoga. Guedes soube, entretanto, contornar um risco em que DaMatta (1997) incorre ao tratar do dilema brasileiro. Para este, o Brasil se caracteriza por uma especificidade contraditória, porque adota uma normativa jurídica igualitária e individualista que coexiste com relações sociais hierárquicas e pessoalizadas.

Dumont, todavia, concebe o individualismo como ideologia subordinada hierarquicamente ao holismo (Dumont 1985, 30). Reativando o conceito de segmentaridade elaborado por Evans-Pritchard, algumas vezes descrevendo o processo sociológico de multiplicação de segmentos sociais sob a rubrica da cissiparidade (Dumont 1971, 32), o modelo dumontiano concebe a hierarquia como um fenômeno regular das formas segmentares de classificação. De modo que as relações entre segmentos, incluindo os circuitos de reciprocidade que visam restituir elos sociais quebrados, dificilmente se apresentam com simetria absoluta; o que não constitui, pois, como sugere DaMatta, uma especificidade brasileira. De fato, a particularização damattiana da regular subordinação hierárquica do individualismo ao holismo foi notada também por Pina Cabral (2007).

Guedes, de sua parte, conquanto pouco evoque formalmente o conceito de segmentaridade, oferece farto material para a reflexão sobre os processos substantivos de segmentação. Com efeito, a antropóloga dedicou um artigo (Guedes, 2014) à análise da maneira como símbolos esportivos produtores de coesão social engendram, simultaneamente, distinções entre coletivos humanos. Invertendo uma epígrafe que extrai de Coelho Neto, ela enuncia que "tudo o que nos une também nos separa" (*Ibidem*, 147, aqui e doravante em livre tradução do inglês). A ideia subjacente à formulação original, transformada na paráfrase da autora, sugeria a possibilidade de construção de uma unidade entre as nações latino-americanas, como decorrência da experiência compartilhada da espoliação colonial. Em diversos países das Américas – Brasil, Argentina, Chile, Uruguai – o futebol forneceu símbolos e signos de etnicidade para a elaboração dos sentidos da nação. De um lado, na condição de "significante privilegiado" e "veículo" que conduz "demandas por significação" (*Ibidem*, 148), o futebol não comporta ausência de significados; de outro, os sentidos atribuídos aos "eventos narrativos" (*ibidem*, 148) produzidos por meio dele nunca estão dados *a priori*, mas são disputados simultaneamente à competição propriamente esportiva.

Narrativas similares de nacionalidade são, pois, empregadas para lançar luz sobre as especificidades nacionais e acentuar as diferenças entre povos vizinhos (*Ibidem*, 148). Uma vez mais, Guedes enxerga regularidades abrangentes sob a diversidade cultural e histórica. Certo, ela evoca novamente DaMatta, cuja ênfase

sobre as particularidades sugere que, "no Brasil, 'apreciações sobre o futebol' são 'classificadas sob a forma de argumentos ou discussões'" (*ibidem*, 148). Mas de modo sutil, a antropóloga tece seus argumentos em nível mais geral, a partir da referência a Bromberger, para quem as incertezas inerentes ao futebol (característica que DaMatta também analisa) oferecem oportunidades para divergências de interpretações. A narrativa futebolística é, por conseguinte, intrinsecamente conflitiva. Esta "característica básica" do jogo – que, portanto, ultrapassa as especificidades nacionais – concorre para forjar significados cosmológicos, traçando a imagem de "um mundo eminentemente disputável" (*Ibidem*, 148). De modo que múltiplas dimensões das identidades nacionais são "disputadas, negociadas e construídas" na "proliferação de discursos sobre o jogo" (*ibidem*, 148).

Em outras palavras, o conflito narrativo referido à competição esportiva é constitutivo da identidade. Ou, o que equivale a dizer o mesmo, o exercício contínuo do empuxo humano à segmentaridade produz a coesão interna dos segmentos discretos. Eis porque Hobsbawm "localiza no esporte um gênero de 'fortificação' do nacionalismo moderno", capaz de "reificar a nação como um competidor ou time" (*ibidem*, 148). Ora, o chamado princípio da segmentaridade elaborado por Evans-Pritchard (2007) não descreve precisamente a natureza relacional, contextual, deslizante e mutável (conforme a escala de observação) da coesão social – do que o sentimento nacional e o pertencimento a determinada torcida esportiva constituem dois casos particulares? Não há, paradoxal e complementarmente, no interior das nações e das torcidas, conflitos potencialmente cismogenéticos – para evocar o conceito batesoniano – mitigados mediante o confronto com outras nações e torcidas? Eis, por exemplo, porque a rivalidade entre Brasil e Argentina no âmbito do futebol é constitutiva de suas respectivas nacionalidades.

E, no entanto, é também no terreno dos sinais diacríticos que estão em disputa que estes países vizinhos se identificam na oposição com os ingleses, em particular, e os europeus, em geral. Os estilos nacionais de jogo são, nos dois casos, construídos discursivamente a partir de ênfases sobre corporalidades específicas convertidas em talento. Do ponto de vista êmico, tanto jogadores de futebol brasileiros quanto argentinos forjam suas habilidades técnicas no contexto mais geral das características nacionais, fazendo das primeiras uma expressão incorporada das segundas. Ambos conferem aos futebolistas europeus o estatuto de "outros", incapazes de extrapolar o aspecto mecânico do gesto motor para encarnar valores, a um só tempo, estéticos e eficazes ao movimento corporal. Argentina e Brasil, ao contrário, praticam um futebol artístico e, por isso mesmo, competitivamente superior. Diferente da Europa, entre nós e nossos vizinhos estética e eficácia são indissociáveis. Entretanto, esta característica compartilhada entre os dois países faz deles contendores recíprocos pelo "privilégio da posse natural do talento corporal" (*Ibidem*, 153).

A clara compreensão que Guedes preserva da unidade contraditória e complementar entre identidades nacionais e distinções internacionais – poder-se-ia dizer empregando o vocabulário esportivo, entre cooperação no interior do time nacional e competição com adversários nacionais homólogos – a protege das ilu-

sões compartilhadas por muitos analistas contemporâneos, segundo os quais a globalização econômica e o advento de megacorporações transnacionais estariam minimizando o papel das nações. Para a autora, no entanto, o mundo observa hoje apenas uma configuração nova de dinâmicas que atravessam a história da humanidade: "a destruição e recomposição de fronteiras simbólicas que unem e separam sociedades" (*ibidem*, 148). União e separação se constituem reciprocamente; alteridade e identidade são dois aspectos do mesmo processo. Sem empregar o mesmo vocabulário, Guedes se aproxima assim de Goldman (2006, 144):

> Em suma, trata-se de reconhecer que – assim como o princípio da reciprocidade significa, em última instância, que dar e receber são uma e a mesma coisa – o princípio da segmentaridade significa apenas que oposição e composição formam sempre uma totalidade indecomponível.

Ora, se a reciprocidade é, antes de tudo, uma lógica de produção do vínculo social, portanto, de composição; e se esta não se separa de sua contrapartida complementar – isto é, a oposição –, então reciprocidade e segmentaridade compreendem formas distintas, mas correlacionadas, de olhar os mesmos fenômenos sociais, do que a unidade indissociável entre cooperação e competição esportivas exemplifica sumariamente, em sua dinâmica estrutural elementar. Este mesmo princípio é também enunciado em um artigo de 2014, que Guedes redige com outro colega, conforme se tem a oportunidade de ler, no excerto abaixo:

> É evidente que a produção de pertencimento implica também na produção de alteridade, uma vez que, como têm percebido há tempos os cientistas sociais, uma das condições fundamentais para a formação de identidades sociais é a produção de um "outro" contrastante e equivalente. É assim que integrações e clivagens latentes no interior da vida social se atualizam nas competições esportivas, as quais, como resultado disso, produzem integração e oposição ou conflito (Guedes e Curi, 2014, 163-4, aqui e doravante em livre tradução do inglês).

Este texto nos oferece a oportunidade de retomar uma característica do esporte que o aproxima dos valores fundadores da democracia. Os autores lembram a célebre análise levistraussiana que caracteriza o esporte como evento disjuntivo – o qual se inicia com uma simetria radical entre as equipes para produzir distinção entre vencedores e perdedores. O caráter democrático da competição esportiva que, por definição, impõe a igualdade de condições, foi sublinhado por DaMatta (1994).

No evento analisado por Guedes e Curi, contudo, esta igualdade formal do esporte muito claramente subsumia-se às histórias diferenciais das relações entre as duas equipes nacionais com a modalidade em disputa – quais sejam, as seleções brasileira e haitiana de futebol. De modo que a "homologia estrutural" do jogo entre seleções nacionais "quase não resiste ao primeiro toque da bola", visto

que a "absoluta superioridade do futebol brasileiro ameaça corroer o processo de identificação" (*ibidem*, 165). O jogo entre Brasil e Haiti ocorreu em Porto Príncipe, em 18 de agosto de 2004, registrando um placar de 6 x 0 para a equipe visitante; vantagem que ofendeu os sentimentos nacionalistas dos anfitriões – conforme os brasileiros tiveram oportunidade de sentir empaticamente, dez anos depois e na mesma condição de donos da casa, mediante derrota equivalente para a seleção alemã.

Tendo sido organizado sob os auspícios da missão militar brasileira em território haitiano que se estabeleceu no mesmo ano, o jogo foi objeto de intensa publicidade que visava associá-lo ao advento de tempos de paz e transformação social. Esperança que se esvaneceu com o final da partida. Guedes e Curi apreciam um documentário sobre o ocorrido que traz cenas da população haitiana nas ruas, depois do encerramento do confronto, sob um clima de "fim de festa" (*ibidem*, 165). Tudo se passa, argumentam os antropólogos do esporte, como se os rostos das pessoas expressassem não apenas derrota no campo esportivo, senão também no político e econômico. Ao fim e ao cabo, segue a análise cinematográfica, o Haiti não teria sido sequer capaz de ganhar sua própria soberania, de vez que se encontrava ocupado por "forças de paz" (*ibidem*, 165). "O time brasileiro não era o amigo que vinha salvar o país, mas o representante de uma força imperial" (*ibidem*, 166). Se a publicidade do Conselho de Segurança da ONU (líder da missão) pretendia plantar a semente da resignação haitiana em meio ao gramado do campo de futebol, as testemunhas locais da semeadura dela fizeram, por assim dizer, uma lente metonímica para interpretar a política internacional que submetia ao vivo seu país.

Tomemos finalmente este modo de pensar por metonímia a partir do esporte para considerar a interlocução de Guedes com alguns de seus colegas intelectuais e assim lançar luz adicional sobre os conflitos políticos brasileiros. Cabe lembrar que, para fins de síntese, interpretamos os múltiplos domínios investigados pelos autores ativados por Guedes sob a rubrica da política – em consonância com o espírito de estudos antropológicos sobre o fenômeno (Palmeira e Heredia, 1995). Há poder e hierarquia (embora nem sempre dominação) nas variadas esferas da vida social. E mesmo no terreno institucionalmente político o Estado constitui, conforme Deleuze e Guattari (1980), uma unidade molar (dir-se-ia um segmento institucional) cuja configuração do poder decorre de um estado particular das relações moleculares de vínculo e segmentação que se distribuem capilarmente pelo contínuo que une a sociedade civil aos âmbitos menos públicos e privados da vida vicinal e doméstica.

Hobsbawm (1990, 170) argumenta que as atividades esportivas preenchem o "espaço entre as esferas privada e pública". No período entre guerras, relata o historiador britânico, jogos esportivos internacionais foram realizados com deliberado objetivo de "integrar os componentes nacionais dos Estados multinacionais" (*ibidem*, 170). Não é um acaso que precisamente no período de maior tensão e desconfiança entre os países europeus, o esporte internacional se organize como mediador ritual das relações internacionais. Hobsbawm lembra que George

Orwell também interpretou as partidas internacionais como uma "expressão da luta nacional" e os times nacionais como "expressões fundamentais de suas comunidades imaginadas" (*ibidem*, 170).

Encontramos aqui uma oportunidade para conferir maior nitidez à contribuição específica de Guedes às teorias sociais, seja na História ou na Antropologia. Pode-se conceber, nos termos de Orwell e Hobsbawm, que o esporte "expressa" a política como que lhe oferecendo um idioma, sobretudo por meio de um sistema de metáforas. Deste ponto de vista, o esporte simboliza a política. E, no entanto, conquanto esta dimensão simbólica e representacional constitua uma face da interpretação antropológica ou historiográfica, o trabalho de Guedes nos desafia a enxergar relações metonímicas para além de seu mero estatuto de figura de linguagem. Trata-se antes de um gênero de análise que concebe uma estrutura, por assim dizer, fractal; em que as partes operam com a mesma dinâmica que preside os processos sociais de escalas mais abrangentes. Sob o ponto de vista deste pensamento por metonímia, o confronto esportivo entre as seleções europeias não "representa" meramente a amizade e a animosidade entre as nações, mas é o modo mesmo como paz e guerra comparecem sob a forma de unidade contraditória, na ritualização das relações internacionais, durante o período entre guerras.

Consideremos agora, à luz do conceito de liminaridade de Turner, um fenômeno registrado por Hobsbawm: a consolidação dos campeonatos esportivos entre as duas guerras mundiais. Inspirados por Turner, podemos interpretar os jogos do período como momentos "dentro e fora do tempo" e das estruturas sociais seculares; de modo a dotarem-se de "sacralidade" (Turner 1966, 96, aqui e doravante em livre tradução do inglês). No período liminar entre as guerras, os rituais esportivos produziam em ato o "reconhecimento de um vínculo social generalizado que deixou de existir e simultaneamente ainda existe fragmentado em uma multiplicidade de vínculos estruturais". Turner se refere a vínculos de casta, classe, posição hierárquica e a "oposições segmentares das sociedades sem Estado admiradas pelos antropólogos políticos" (Turner 1966, 96). Mas, na escala aqui considerada, referimo-nos às nações – que englobam tanto as seleções esportivas quanto as forças armadas nacionais.

Como vimos, Guedes interpreta as cores nacionais brasileiras, em sua oposição política ao "perigo vermelho", à luz da noção turneriana de "rótulo cromático". Ela nos auxilia também a interpretar o fenômeno de que se ocupa o relato de Hobsbawm. Alemanha, França, Inglaterra, Áustria, Itália, Rússia, apenas para citar as principais potências em confronto nas duas guerras mundiais, possuem todas a cor vermelha em suas respectivas bandeiras nacionais. Ora, destas todas apenas a Rússia tem relação histórica com a conotação de "perigo vermelho", no sentido estrito do comunismo – tal qual concebido pelos segmentos conservadores da sociedade brasileira. Como símbolos identitários daquelas nações europeias, o vermelho dota-se de outras significações, associadas à luta por valores caros às tradições nacionais inventadas por cada povo, respectivamente. E, no entanto, todos os casos compartilham a eleição do vermelho como significante do sangue derramado em batalha. Turner reconhece na associação entre o vermelho e a

agressividade/fragilidade corporal um fenômeno regular da experiência humana. O vermelho, o branco e o preto oferecem um gênero primordial de classificação da realidade, posto que referidos a experiências corporais fundamentais – por exemplo, no sangue, no sêmen e nos excrementos, respectivamente.

Eis porque, argumenta Turner, a classificação triádica do mundo, recorrentemente convertida em oposição diádica – branco x vermelho/preto, em certas circunstâncias, branco/vermelho x preto, em outras – com o recurso a tais cores constitui fenômeno regular. Os sistemas ideológicos que justificam as classificações cromáticas são, nos termos de Turner, "derivativos" destas experiências corporais básicas e nelas encontram sólido fundamento inconsciente. As culturais locais constituem, pois, "acompanhamentos emocionais" destas "forças" e "fios da vida" (Turner 1967, 91) que a classificação cromática ternária ou binária organiza. Tais forças são "biologicamente, psicologicamente e logicamente anteriores às classificações sociais por metades, clãs, totens sexuais e todo o resto" (*ibidem*, 91). Estas camadas inconscientes da vida psíquica conferem legibilidade tanto à "marcha da insensatez" (Tuchman 1985) que culminou nas duas guerras mundiais, quanto ao paroxismo da irracionalidade alçado à presidência da república brasileira, em 2018, como decorrência dos processos sociais violentos que Guedes nos ajuda a compreender. Se, por conseguinte, as cores verde e amarela são símbolos nacionais construídos nestes níveis secundários de classificação, o inimigo interno tantas vezes evocado pelos discursos públicos conservadores deita raízes, em sua condição de "perigo vermelho", em níveis profundos da "experiência psicobiológica" (*ibidem*, 91); o que nos ajuda a entender o caráter literalmente sanguíneo dos conflitos políticos do Brasil contemporâneo.

Considerações finais

A obra de Simoni Lahud Guedes oferece uma contribuição decisiva para a compreensão dos processos históricos específicos vinculados aos usos do ritual esportivo, no Brasil. Sua formulação da função metonímica da seleção brasileira de futebol, entretanto, remete a dinâmicas estruturais sobre as quais o presente artigo tentou lançar luz. A exegese intertextual que nos esforçamos por construir sobre um fragmento da obra de Guedes, de um lado, e alguns de seus interlocutores teóricos, de outro, poderia ser levada a curso com outras escolas antropológicas.

A unidade complementar e contraditória entre a competição e a cooperação esportivas, como metonímia da vigência regular dos princípios da segmentaridade e da reciprocidade nos mais variados domínios da vida social, pode assim ser empregada como conceito heurístico para leitura de vasto material antropológico e historiográfico disponível. Referindo-se à multiplicação de instituições religiosas Louis Dumont (1985, 32) evoca o conceito já mencionado de cissiparidade que, na Biologia, se refere à divisão de uma célula para formar duas. Ao concentrar atenção sobre as fronteiras, por vezes bastante fluidas, entre grupos étnicos, Frederick Barth (2000) não descreveu fenômenos distintos daqueles reunidos sob a

segmentaridade. Gregory Bateson (2008) chamou de cismogênese, dinâmicas de segmentação, ao passo que Pierre Bourdieu (1979) estudou critérios que subjazem, a um só tempo, aos processos de distinção e identificação social.

Os exemplos poderiam se multiplicar indefinidamente. O fato de Guedes pouco enfatizar o vasto alcance de suas hipóteses teóricas sugere que a existência dessa já saudosa antropóloga brasileira foi marcada não apenas por singular brilhantismo, senão também por humildade acadêmica igualmente *sui generis*. Entretanto, as implicações estruturais de sua obra nos oferecerão ainda, durante muito tempo, ensejo para abrangentes programas de pesquisa.

Recebido em 01/02/2021
Aprovado para publicação em 24/11/2021 pela editora Kelly Silva

Referências

Barth, Fredrik. 2000. *O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

Bateson, Gregory. 2008. *Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas*. São Paulo: EDUSP.

Bourdieu, Pierre. 1984. « La délégation et le fétichisme politique ». *In Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 52-53: 49-55.

Bourdieu, Pierre. 1979. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Éditions Minuit.

DaMatta, Roberto. 1997. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.

DaMatta, Roberto. 1994. "Antropologia do óbvio. Notas em torno do significado social do futebol brasileiro". *Revista USP* 22: 10–7.

Deleuze, Gilles, e Félix Guattari. 1980. *Mille Plateaux*. Paris: Éditions de Minuit.

Dumont, Louis. 1985. *Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'ideologie moderna*. Paris: Éditions du Seuil.

Dumont, Louis. 1971. "Religion, politics, and society in the individualistic universe (Henry Myers Lecture)". *In Proceedings of the Royal Anthropological Institute for Great Britain and* Ireland, 31-41. London: Royal Anthropological Institute, 1971.

Elias, Norbert. 1997. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do* habitus *nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar.

Evans-Pritchard, Edward Evan. 2007. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.

Fortes, Meyer, e Edward Evan Evans-Pritchard. 1987. *African Political Systems*. Oxford: Oxford University Press.

Foucault, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Goldman, Marcio. 2006. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras.

Guedes, Simoni Lahud. 2018. "Proyectos sociales deportivos, carreras de deportistas y ex-deportistas y el don entre extraños". In *Cuestiones de Sociologia* 18, 49.

Guedes, Simoni Lahud. 2013. "On criollos and capoeiras: notes on soccer and national identity in Argentina and in Brazil". *Soccer & Society* 15(1): 147-61. http://dx.doi.org./10.1080/14660970.2013.854585

Guedes, Simoni Lahud e Martin Curi. 2014. "The peace game: Brazilian soccer as a political instrument". *Soccer & Society* 15(1): 162-6. http://www.tandfonline.com/ action/showCitFormats?doi=10.1080/14660970.2013.854588

Guedes, Simoni Lahud, e Edilson Márcio Almeida da Silva. 2019. "O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais". *Cadernos de Aletheia* 3: 73-89. http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9691/pr.9691.pdf

Hobsbawm, Eric J. 1990. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lévi-Strauss, Claude. 1958. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.

Lévi-Strauss, Claude. 2003. "Introdução à obra de Marcel Mauss". *In Sociologia e Antropologia*, Marcel Mauss, 11–46. São Paulo: Cosac Naify.

Maricato, Ermínia. 2013. “É a questão urbana, estúpido”. *In Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, 19–26. São Paulo: Boitempo; Carta Maior.

Marx, Karl. 2011. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.

Mascarenhas, Gilmar. 2014. Não vai ter arenas? Futebol e direito à cidade. *Advir* (AS-DUERJ) 32: 24-38.

Palmeira, Moacir, e Beatriz Heredia. 1995. *Os comícios e a política de facções*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Pina Cabral, João de. 2007. A pessoa e o dilema brasileiro: uma perspectiva anticesurista. *In Novos Estudos, CEBRAP* 78.

Tuchman, Barbara W. 1985. *A marcha da insensatez: de Tróia ao Vietnã*. São Paulo: José Olympio.

Turner, Victor. 1966. *The ritual process: structure and anti-structure*. New York: Cornell University Press.

Turner, Victor. 1967. *The forest of symbols: aspects of Ndembu Ritual*. London: Cornell University Press.

Anu. Antropol. (Brasília) v. 47, n. 1, pp.131-149. (janeiro-abril/2022). Universidade de Brasília. ISSN 2357-738X. https://doi.org/10.4000/aa.9353